

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.190, DE 1997 (PL's nºs 4.269/98, 3.387/00 e 6.733/02, apensados)

Dá redação ao § 4º do art. 37 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado Celso Russomanno

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Senado Federal, visa a dar nova redação ao § 4º do art. 37 da Lei nº 8.078, de 1990, Código de Proteção e Defesa do Consumidor - CDC, definindo como enganosa, por motivo de omissão, a publicidade televisiva de prestação de serviços por telefone, bem como sorteios em que a participação do consumidor se dá mediante ligação telefônica, sem a devida divulgação de seu preço de forma ostensiva.

À proposição principal foram apensados três outros projetos que, igualmente, pretendem disciplinar as regras de publicidade de produtos oferecidos ao consumidor, nos termos dos arts. 36 a 38 do CDC, a saber:

- PL nº 4.269, de 1998, do Deputado Marcos Vinícius de Campos, que cria novo parágrafo ao art. 36 da Lei nº 8.078, de 1990, para determinar que “a informação de venda ou publicidade veiculada por qualquer

forma ou meio de comunicação que contiver informações adicionais que limitem, restrinjam ou alterem a informação principal, deve figurar nos mesmos padrões, tamanhos e destaques desta”. A proposição estabelece, ainda, a pena prevista no art. 67 da mesma lei para aquele que infringir a referida determinação;

- PL nº 6.733, de 2002, do Deputado José Carlos Coutinho, que, igualmente à proposição principal, pretende aproveitar o atual § 4º (vetado) do art. 37 da Lei nº 8.078, de 1990, para determinar que “para os produtos ou serviços mostrados em publicidade, com a utilização de fotografias, desenhos ou qualquer outro tipo de ilustração, prevalecerá o preço indicado no anúncio, não tendo validade para esse fim quaisquer ressalvas expressas em asteriscos ou sinais gráficos que estabeleçam preços ou especificações diferentes”;

- PL nº 3.387, de 2000, do Deputado Eurípedes Miranda, que é idêntico ao PL nº 4.269, de 1998, já mencionado.

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou os projetos na forma do Substitutivo apresentado.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 32, inciso IV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito dos Projetos de Lei nº 3.190, de 1997; nº 4.269, de 1998; nº 3.387, de 2000, nº 6.733, de 2002, e do Substitutivo aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Em relação aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, estão obedecidos os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa da União (art. 24, VIII, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à iniciativa, neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF).

De outro lado, foram respeitados os dispositivos constitucionais inseridos no art. 5º, inciso XXXII, que assegura a defesa do consumidor por parte do Estado, na forma da lei, e no art. 170 que determina a observância do princípio de defesa do consumidor na ordem econômica.

Quanto ao mérito, reiteramos os argumentos trazidos pelo Deputado Paulo Kobayashi, destacando a importância dos projetos que abordam condutas inadequadas na publicidade referente à oferta de produtos ou serviços, que fogem ao espírito do CDC e vêm causando sérias lesões aos interesses do consumidor.

Os Projetos e o Substitutivo estão em conformidade com o ordenamento jurídico em vigor no país.

No que tange à técnica legislativa, algumas alterações devem ser efetuadas no texto do substitutivo que consolida todas as proposições, no sentido de adequá-lo aos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998, com as modificações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001, além de outros ajustes necessários.

Entendemos que a proposta do substitutivo em inserir parágrafos ao art. 37 não é adequada, pois o artigo, entre outras coisas, define, de forma genérica, a propaganda enganosa como **qualquer** modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, **inteira ou parcialmente falsa**, ou, por qualquer outro modo, **mesmo por omissão**, capaz de **induzir** em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. O § 2º define a propaganda abusiva e o § 3º traz, adicionalmente, a definição que a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

Os projetos, por seu turno, contemplam situações específicas, que contrariam a forma empregada pelo artigo em definir - de maneira genérica, a fim de contemplar todos os casos - a **propaganda enganosa**. As proposições trazem, em verdade, regras a serem cumpridas na veiculação publicitária, tais como a obrigatoriedade de informações adicionais - limitadoras da oferta contida na informação principal - figurarem no mesmo padrão, tamanho e destaque desta. Ou ainda, a direta correlação entre produtos ou serviços apresentados em publicidade mediante a utilização de fotografias, desenhos ou outro tipo de ilustração e o preço anunciado, sem quaisquer ressalvas.

Neste sentido, entendemos ser mais apropriado transformar o parágrafo único do art. 36 em § 1º e inserir dois novos parágrafos contendo as

propostas consignadas nos PL's nº 4.269, de 1998; nº 3.387, de 2000, nº 6.733, de 2002.

Por outro lado, a proposição inserida no PL nº 3.190, de 1997, está contida na definição de publicidade enganosa por omissão do § 3º do art. 37 e na definição genérica de publicidade enganosa do § 1º do mesmo artigo. Desta forma, inserir parágrafo que contemple situação específica de publicidade enganosa por omissão, ao invés de ampliar a proteção ao consumidor, poderá restringir interpretação jurisprudencial. Ademais, o objetivo do artigo não é trazer lista dos casos de propaganda enganosa. Dessa forma, propomos a supressão do § 3º - C do Substitutivo, que corresponde ao PL nº 3.190, de 1997.

Exclui-se, ainda, o § 3º- D do Substitutivo, uma vez que os parágrafos inseridos tratam de publicidade enganosa e o art. 67, ao determinar a pena para aquele que fizer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva, já contempla, genericamente, todas as situações. Ademais, a Seção III, inserida no Capítulo V (Das Práticas Comerciais), Título I (Dos Direitos do Consumidor), trata de publicidade, devendo as penalidades estarem inseridas, como estão, no Título II (Das Infrações Penais).

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nº 4.269, de 1998; nº 3.387, de 2000, nº 6.733, de 2002, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.190, de 1997, tudo na forma da Subemenda substitutiva ao Substitutivo aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado Celso Russomanno
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA AO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.190, DE 1997

(PL's nºs 4.269/98, 3.387/00 e 6.733/02, apensados)

Acrescenta parágrafos ao art. 36 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 36 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36.

§ 1º (antigo parágrafo único)

§ 2º A informação publicitária de oferta ou venda de produtos ou serviços, veiculada por qualquer meio de comunicação, contendo dizeres ou outras informações adicionais que, de qualquer modo, limitem, restrinjam ou alterem a oferta contida na informação principal, devem figurar no mesmo padrão, tamanho e destaque desta.

§ 3º Para os produtos ou serviços apresentados em publicidade mediante a utilização de fotografias, desenhos ou outro tipo de ilustração, prevalecerá o respectivo preço indicado com destaque no anúncio veiculado, não tendo

validade perante o consumidor quaisquer ressalvas expressas em asteriscos ou sinais gráficos que estabeleçam preços, condições ou especificações diferentes daqueles contidos na informação principal.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor no prazo de 30 (trinta) dias de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado Celso Russomanno
Relator